

A Igreja segundo Calvino

MANUEL PEDRO CARDOSO
Pastor presbiteriano

Um teólogo profissional, o Dr. Emídio Campi, da Universidade de Zurique, ocupando-se do mesmo tema que me cabe nesta Mesa Redonda, considerava que “se queremos conhecer a totalidade do pensamento de Calvino sobre a Igreja, temos de consultar praticamente o conjunto da sua obra, tomando também em conta os escritos polémicos, os catecismos, os comentários bíblicos e os sermões, sem esquecer a correspondência”¹. Tal tarefa, porém, não é acessível a um homem como eu, não teólogo mas simples pastor. Assim, para esta minha intervenção quase que me limito ao que Calvino sobre o tema escreveu nas *Institutas*. Mas é bom lembrar que as *Institutas* foram várias vezes editadas ainda em vida do autor e tais edições, foram constantemente corrigidas e aumentadas, verificando os estudiosos que há uma profunda unidade entre o texto final desta obra e os demais escritos do teólogo.

Portanto, para desenvolver o tema que me foi distribuído neste colóquio julguei oportuno começar com uma citação dessa obra fundamental de Calvino, a *Instituição da Religião Cristã*, vulgarmente referidas como as *Institutas*.

Obrigados a crer

Diz Calvino: “Da mesma maneira que estamos obrigados a crer a Igreja, invisível para nós e conhecida apenas de Deus, assim também se nos manda que honremos esta Igreja visível e que nos mantenhamos na sua comunhão”²

¹ Emídio Campi, *L'ecclésiologie de Calvin et son importance pour le mouvement œcuménique* (www.calvin09.org).

² *Institutas*, Livro IV, cap.1, par.7.

MANUEL PEDRO CARDOSO – A Igreja segundo Calvino

Crer a Igreja, croire l'Eglise, é a tradução que Calvino faz do artigo no Credo dos Apóstolos, cujo esquema segue nas Institutas, e que aqui não usa, no latim, a partícula "in" que usa nos artigos anteriores (*credo in Deum; credo in Jesum Christum; credo in Spiritum Sanctum*, mas agora diz *Credo Ecclesiam*). No entanto, que significa "crer a Igreja"? O Reformador de Genebra explica assim a sua compreensão da ausência da partícula "em": "Testificamos que cremos em Deus, porque o nosso coração descansa n'Ele (em Ele) como Deus verdadeiro, e porque a nossa confiança repousa n'Ele. O qual não se aplica à Igreja, nem tão pouco à remissão dos pecados e à ressurreição da carne"³

Mas mais importante do que dizer "Creio a Igreja" ou "Creio na Igreja", ou ainda "creio na existência da Igreja", como também se tem traduzido, é saber por que razão seremos "obrigados" a crer? Calvino considera que a Igreja está no pensamento de Deus desde a fundação dos mundos. A eleição e predestinação são o fundamento da Igreja universal. Aceitando as doutrinas da eleição e da predestinação que encontra em muitas partes da Escritura, mas principalmente em S. Paulo, cita 2 Timóteo 2,19: "o Senhor conhece aqueles que lhe pertencem", e deduz que a Igreja tem origem divina e a ela pertencem todos os chamados por Jesus Cristo. A Igreja não é um acidente nem uma realidade secundária e opcional, mas está no pensamento de Deus desde o princípio do mundo. Karl Barth chama a atenção para o facto de Calvino gostar de usar para designar a Igreja um termo militar: a companhia dos fiéis, e comenta: "Uma companhia costuma reunir-se no seguimento de uma ordem e não em virtude de um acordo livremente discutido"⁴

Por isso, voltando a Calvino, "somos obrigados a crer a Igreja". Ninguém pode ser cristão sem ser, simultaneamente, parte da Igreja. O Reformador crê na distinção que aprendeu com Santo Agostinho entre Igreja invisível, que só Deus conhece, e a Igreja visível, que é a comunidade organizada pelos cristãos num lugar ou região, mas ele considera que "somos obrigados" a crer nas duas expressões da Igreja, a invisível e a visível. Ser cristão implica estar unido a uma comunidade cristã, Corpo de Cristo.

Tem havido no nosso tempo alguma relutância em relação a esta distinção de Igreja invisível e Igreja visível, temendo-se que usar tais termos encoraje a manutenção de um certo espiritualismo desincarnado, que se contenta com uma unidade que é puramente espiritual e

³ *Institutas*, Livro IV, cap. 1, par.2.⁴ *Esquisse d'une dogmatique*, p. 139.

já existente, a unidade que temos todos na Igreja invisível. Acho que essa relutância não se justifica. É não perceber que a distinção tem o mérito de sublinhar, justamente, que há uma unidade essencial que já existe e na qual nos devemos alegrar, sem, no entanto, valorizar a comunidade cristã visível. Roma sublinhava a importância da visibilidade porque esse era o modo de negar às comunidades separadas do papa o direito de serem Igreja. Creio que o movimento ecumênico dos nossos dias precisa de sublinhar os benefícios da distinção Igreja visível e Igreja invisível para evitar a tendência que o realce na Igreja visível favoreça um tipo de unidade burocrática, que sublinha a uniformidade.

Católica, Una e Santa

A Igreja invisível, diz Calvino, é Católica, isto é, universal, e é Una, não pode ser dividida. Calvino nos nossos dias rejeitaria a ideia que ouvimos por vezes expressar de que se devem fazer todos os esforços para “construir a unidade da Igreja”. Para muitos parece ser essa a razão de ser do movimento ecumênico. Mas o que o movimento ecumênico faz é procurar que a unidade da Igreja se manifeste, não que a construamos, porque a unidade pertence à própria natureza da Igreja de Cristo.

E é também, a Igreja, Santa. Mas ao falar da santidade da Igreja Calvino lembra que o Senhor contou a parábola da pesca maravilhosa, para referir que na rede são recolhidos peixes grandes e peixes pequenos, peixes que são recebidos e peixes que são rejeitados, e contou também a parábola do trigo e do joio que crescem juntos. O reconhecimento desta situação permite aceitar a Igreja com as suas limitações e fraquezas. A Igreja é santa porque Cristo é Santo.

É a esta luz que se compreende que o Reformador de Genebra possa repetir o princípio da Igreja medieval segundo o qual fora da Igreja não há salvação (*extra Ecclesiam nulla salus*), dizendo neste IV livro: “Ano-temos (...) que fora do grémio da Igreja não há remissão de pecados nem salvação”⁵. A expressão “fora da Igreja não há salvação” – no sentido em que Calvino a usa – é consequente. Se Calvino crê que o conjunto de todos os escolhidos para a salvação forma a Igreja, logicamente quem estiver fora dessa comunidade que só Deus conhece não tem remissão dos pecados nem salvação. Se a Igreja é, como Calvino reconhece a partir dos textos de São Paulo, o Corpo de Cristo (I Cor. 12,12),

⁵ *Institutas*, Livro IV, cap. 1, par.4.

MANUEL PEDRO CARDOSO – A Igreja segundo Calvino

fora dela não há salvação, como não há salvação fora de Cristo. Mas sublinhemos: só Deus conhece os que fazem parte da Igreja Invisível. A Igreja visível, reconhece Calvino, tem dentro de si muitos falsos cristãos, e esses não conhecem a salvação; pois só formalmente é que estão dentro da Igreja.

A dificuldade que este princípio levanta, principalmente para nós que vivemos num tempo de diálogo inter religioso, é saber qual a situação dos que não professam a fé em Jesus Cristo. Neste ponto, Calvino diz com o autor de Hebreus que é apenas no nome de Jesus Cristo que os homens podem encontrar salvação: “Não há outro nome debaixo de céu, dado entre os homens, em que possamos ser salvos (Actos 4, 12). O parágrafo das *Institutas* que trata deste assunto segue com este título: “É somente em Cristo que se encontra perdão, vida e salvação”⁶. Mas é importante observar que no comentário que Calvino faz à Carta de São Paulo aos Romanos, o teólogo vê aí o ensino sobre a total depravação da raça humana, e no primeiro capítulo reconhece que essa situação não permite ao homem ter um conhecimento correcto da natureza de Deus nem da Sua vontade. E o que São Paulo, e com ele Calvino, apresenta como resultado dessa incapacidade de conhecer Deus é isto: é a prática, nessas religiões, de idolatria, a substituição da adoração de Deus pela adoração de animais e a depravação dos costumes. Não sei se essa conclusão não nos poderia levar a pensar que o diálogo inter-religioso poderia ter o apoio de Calvino se as religiões envolvidas não praticarem a idolatria, não adorem animais, nem defenderem costumes repugnantes. O diálogo, por exemplo, com o Budismo, com o Taoísmo, com o Hinduísmo e com o Islamismo seria possível a esta luz.

A pluralidade é possível

Calvino também crê, como vimos, na Igreja visível que está organizada em diversas Igrejas particulares e em regiões, cidades e aldeias, compostas de homens e mulheres que confessam Jesus Cristo. Entre as Igrejas visíveis pode haver diferença de opinião, especialmente em doutrinas secundárias. Isto, provavelmente, causa espanto aos que vêem sempre em Calvino um homem doutrinariamente intransigente. Ele tem uma atitude aqui que se harmoniza com o movimento ecuménico dos nossos dias quando escreve: “Nem todos os artigos da dou-

⁶ *Institutas*, Livro II, cap.16, par.1.

trina de Deus são da mesma espécie. Há alguns tão necessários que ninguém os pode pôr em dúvida como princípios primários da religião cristã. Tais são, por exemplo: - que existe um só Deus; que Jesus Cristo é Deus e Filho de Deus; que a nossa salvação está apenas na misericórdia de Deus (...). Há outros pontos em que não convergem todas as Igrejas, e contudo não rompem a união da Igreja" (...) Se surge entre os cristãos alguma diferença em pontos que não são absolutamente essenciais, não devem causar dissensões entre eles"⁷. Observe-se que para este teólogo um ponto em que não se pode divergir é este: "A nossa salvação está apenas na misericórdia de Deus" - a famosa "sola gratia" da Reforma...

*Honrar e manter comunhão
com a mãe de todos os crentes*

É a esta Igreja visível - ou Igrejas visíveis - que o teólogo diz devermos honrar e com ela manter comunhão. O contexto mostra que a comunhão de que Calvino fala é a "koinonia" do Novo Testamento, o companheirismo que deve unir todos os cristãos na comunidade. Não se pode ser cristão isoladamente, sem estar integrado numa comunidade.

Não é, portanto, a Igreja uma entidade secundária, de pouco valor, mas, pelo contrário, é uma realidade merecedora da maior atenção. A Igreja visível é maior do que a Igreja invisível, pois muitos que pertencem à Igreja visível não estão convertidos, praticam a religião por medo, por hipocrisia ou por superstição. Mas devemos honrar a Igreja porque ela, diz Calvino com Cipriano de Cartago, é a mãe de todos os crentes. Deus é o nosso Pai e a Igreja é a nossa mãe. "Não há outro caminho, escreve o Reformador, para chegar à vida a não ser que sejamos concebidos no seio desta mãe"⁸. O cristão é escolhido por Deus para ser "filho de Deus" e nesse chamamento é também feito "filho da Igreja". É deste modo que o teólogo se expressa: "Começarei pela Igreja, no seio da qual Deus quis que seus filhos sejam reunidos, não apenas para serem alimentados pelo ministério dela enquanto estão ainda na idade infantil, mas que ela exerça sempre um cuidado maternal para os governar, até que venham a ter idade adulta, isto é, até que os filhos atinjam os últimos objectivos da fé. Porque não é lícito separar estas duas

⁷ *Institutas*, Livro IV, cap.1, par.12.

⁸ *Institutas*, Livro IV, cap.1, par. 4.

MANUEL PEDRO CARDOSO – A Igreja segundo Calvino

coisas que Deus juntou. Que a Igreja seja mãe de todos aqueles de quem Deus é o Pai”.⁹

É na Igreja que somos alimentados com a pregação da Palavra de Deus e com os sacramentos instituídos por Jesus Cristo. Esses sacramentos, diz Calvino, são dois: o Baptismo e a Ceia do Senhor.

Acerca do Baptismo, Calvino distancia-se da Igreja de Roma e dos anabaptistas, limitando-se a descrever aquilo que crê ser o resultado da revelação bíblica. Por um lado, opondo-se a Roma, recusa fazer deste sacramento um meio de salvação. Os anabaptistas, por outro lado, criticavam os reformadores por aceitarem a baptismo recebido das mãos de sacerdotes, todos considerados infiéis, mas Calvino diz que seja quem for o ministro que administre, o Baptismo é sempre válido. Escreve: “Assim como entre os homens, quando se envia uma carta, pouco faz ao caso quem a traz, desde que se reconheça a assinatura, do mesmo modo deve bastar-nos reconhecer a assinatura de nosso Senhor nos seus sacramentos, seja quem for o portador”¹⁰. Também, ao contrário dos anabaptistas, Calvino aprova o baptismo de crianças. Crê que há equivalência entre a circuncisão do Antigo Testamento e o Baptismo e junta este pensamento: “Se é uma coisa razoável levar as crianças a Jesus Cristo, porque não será legítimo recebê-las no Baptismo, que é o sinal exterior pelo qual Jesus nos concede a comunhão e a sociedade que temos com ele? Se o Reino dos Céus lhes pertence, porque lhes será negado o modo como nos é dada a entrada na Igreja, para nos declarar herdeiros do Reino de Deus? Não seríamos nós iníquos se rejeitássemos aqueles que nosso Senhor chama a si? Recusar-lhes aquilo que ele lhes dá? Fechar-lhes a porta que ele lhes abre?”¹¹

Importância da Eucaristia

O segundo sacramento que Calvino refere é a Ceia do Senhor ou Eucaristia, que é segundo por ser administrado depois do Baptismo, mas não é secundário, como muito protestantismo moderno, incluindo protestantismo dito calvinista, tende a fazer dele. Para Calvino a Ceia é sem dúvida nenhuma um “meio da graça” e por isso tem um lugar central na vida e na adoração cristãs. O teólogo não aceita a doutrina católica da transubstanciação, nem a consubstanciação defendida por Lutero, mas recusa igualmente o simples memorial de Zuínglio, e su-

⁹ *Institutas*, Livro IV, cap. 1, par. 1.

¹⁰ *Institutas*, Livro IV, cap. 15, par. 16.

¹¹ *Institutas*, Livro IV, cap.16, par. 7.

blinha fortemente a presença de Cristo na Ceia. Não se pode, com rigor, dizer que Calvino aceite a doutrina da Presença Real, mas fala numa presença transformadora.

Na Idade Média, e ainda no século XVI, muitos cristãos, por medo de “comerem o Pão do Senhor indignamente” (I Cor. 11,27), participavam da Eucaristia apenas uma vez por ano – e alguns apenas quando pressentiam a chegada da morte – mas Calvino advoga uma participação maior, (“Este sacramento (...) não foi instituído para ser recebido uma vez por ano”)¹² e avança com a sugestão de que a Eucaristia devia ser celebrada sempre que os cristãos se reúnam para adoração. Escreve no mesmo parágrafo a propósito que “nunca a congregação devia reunir-se sem a Palavra, sem a esmola (aumosne), sem a participação na Ceia e sem orações”. Ou seja, visto que Calvino quer que os cristãos se reúnam pelo menos todos os domingos para adoração, ele requer para a Igreja a celebração da Ceia todos os domingos. Donde se depreende que a depreciação do sacramento eucarístico que se observa em áreas do Protestantismo não se deve ao pensamento de Calvino. Mas podemos reconhecer que o enorme realce dado pelo próprio Calvino à pregação da Palavra de Deus vai contribuir para a criação de uma espiritualidade centrada na pregação, em que os elementos simbólicos da fé terão um lugar modesto.

Os ministérios

A honra da Igreja implica que nela se faça tudo com decência e ordem, e para isso, pensa Calvino, o povo cristão deve eleger entre si oficiais que mantenham uma boa disciplina. Calvino vai apontar qual é a estrutura que a Igreja visível deve ter. O modelo de Calvino é a Igreja do Novo Testamento. Um teólogo dos nossos dias dir-nos-ia que não há na Revelação bíblica uma estrutura normativa para a Igreja, mas toda a estrutura é legítima se ela proporcionar o cumprimento da missão da Igreja no lugar em que está inserida. Não é assim que se pensa no século XVI e Calvino é um homem da sua época, procurando na Revelação bíblica a estrutura que a Igreja há-de ter.

Nesta perspectiva, o reformador considera que encontramos nas Escrituras dois tipos de ministérios: os ministérios temporais e os ministérios permanentes. Temporais são os de apóstolo, profeta e evangelista, que o Senhor deu à Igreja para o lançamento dos fundamentos,

¹² *Institutas*, Livro IV, cap.17, par. 44.

MANUEL PEDRO CARDOSO – A Igreja segundo Calvino

e que terminaram com a Igreja primitiva; permanentes são o ministério dos anciãos e o dos diáconos. Nas Ordenanças Eclesiásticas que Calvino fez aprovar por uma assembleia-geral no princípio da sua segunda e definitiva estada em Genebra, a questão é mais clara: são quatro os ofícios ministeriais: pastores, doutores, anciãos e diáconos. Algumas vezes fala-se nos dois primeiros ministérios como sendo apenas um, o dos “pastores e doutores”. Mas tanto nas Ordenanças Eclesiásticas como nas Institutas é referido que um pastor pode não ser “doutor”, assim como um “doutor” pode não ser “pastor”. Nas Ordenanças são assim descritas as funções dos quatro ofícios¹³:

- a) Os pastores têm que pregar e ensinar, administrar os sacramentos e visitar os enfermos. Uma vez por semana reúnem-se em conselho de pastores da cidade e seus arredores para interpretar a Bíblia em comunidade e avaliarem-se mutuamente.
- b) Os doutores ou professores têm a tarefa de ensinar aos fiéis a doutrina da salvação. Em sentido restrito isto significa interpretar o Antigo e o Novo Testamento. Para que este ensino dê frutos requer-se que os doutores conheçam os idiomas da Bíblia e tenham uma boa formação geral.
- c) Os presbíteros ou anciãos são eleitos para formarem o Consistório, que se ocupa da conduta da comunidade, a participação nos cultos e a doutrina. O que mais ocupa o consistório é interferir em conflitos que perturbem a comunidade.
- d) Os diáconos têm duas tarefas: o apoio aos pobres e a preocupação com os enfermos. A primeira consiste em conseguir esmolas e distribuí-las entre os necessitados. A segunda tarefa consiste na organização dos hospitais e albergues para os refugiados.

Os pastores são particularmente valorizados por Calvino. Chama-lhes “sucessores dos apóstolos” e “atalaias da Igreja”, e indica qual é a sua missão: “presidir à Igreja de tal forma que a sua dignidade não permaneça ociosa; que instruem o povo na doutrina cristã; que administrem os sacramentos e que, mediante oportunas admoestações, corrijam as faltas, usando a disciplina paternal que Jesus Cristo ordenou.”¹⁴. Calvino lembra que no Novo Testamento a palavra “bispo” é usada para qualificar o presbítero ou ancião, e que a função do bispo-

¹³ Leopoldo Cervantes-Ortiz, *Ancianos y diáconos en la tradición reformada: ministerios de autoridad y servicio* (www.calvin09.org).

¹⁴ *Institutas*, Livro IV, cap.3, par. 6.

-presbítero-ancião é a de ser “pastor da Igreja”. No título de um parágrafo diz: “As palavras bispo, ancião, pastor, ministro designam o mesmo cargo no Novo Testamento”¹⁵.

Já alguém disse que Calvino concentrou todos os ministérios da Reforma no ministério do pastor e há, certamente, alguma verdade nisso. Mas é verdade que o ministério do diácono é também muito realçado pelo reformador. Apresenta-o a partir do livro de Actos, capítulo 6, como colector das esmolas dos crentes e distribuidor do auxílio aos pobres. Fica-se com a impressão de que Calvino quis dar com este ministério do diácono a possibilidade de os leigos, eleitos para ele, terem um papel decisivo no uso e administração dos bens da Igreja. E é justo realçar que Calvino mostra, com a indicação do diaconato, uma grande preocupação pela questão social, naturalmente numa visão caritativa prevalecente na época.

Em relação aos ministérios há ainda dois aspectos a referir. O primeiro é que na concepção calvinista da Igreja não há hierarquia. O diaconato não é um degrau para o presbiterado. O presbítero não é superior ao diácono. Mesmo que o pastor ou presbítero docente venha a ter um prestígio muito grande, ele não é considerado como um “ministro superior”, e ainda que eleito para o governo da Igreja, nem assim é um hierarca, superior numa pirâmide.

O segundo aspecto a sublinhar é que na concepção calvinista da Igreja não há um corpo separado de sacerdotes. Citando o Salmo 110, versículo 4; e Hebreus 5,6 e 7,3, o Reformador de Genebra reconhece em Cristo o grande sacerdote segundo a ordem de Melquisedec, que “uma vez ofereceu a hóstia da purificação e reconciliação eterna”, crê que é nele que “todos nós somos sacerdotes; mas isto é apenas para oferecer louvores e acções de graça a Deus, principalmente para nos oferecermos a nós próprios e oferecer tudo o que é nosso”¹⁶. Isto é, Calvino afirma com toda a Reforma a doutrina do sacerdócio universal dos crentes, mas recusa na Igreja de Cristo a existência de um corpo específico de sacerdotes. O que é coerente com a afirmação de que o Sacrifício de Cristo foi feito de uma vez por todas¹⁷. Há mesmo em Calvino um julgamento moral em relação aos que na Igreja se apresentam como “sacerdotes”. Diz que são “usurpadores do ofício de Jesus Cristo”¹⁸.

¹⁵ *Institutas*, Livro IV, cap. 3, par. 8.

¹⁶ *Institutas*, Livro IV, cap.19,par.28.

¹⁷ *Institutas*, Livro IV; cap. 18, par. 3.

¹⁸ *Institutas*, Livro IV, cap.19,par. 28-30.

MANUEL PEDRO CARDOSO – A Igreja segundo Calvino

Igreja e Estado

Finalmente, o reformador fala com muita clareza das autoridades do Estado. Com São Paulo, cuja Carta aos Romanos comenta, considera que as autoridades civis estão também ao serviço de Deus para o bem comum. O cristão tem o dever de honrar o magistrado e estar-lhe sujeito. No comentário à epístola escreve: “A razão por que devemos estar sujeitos aos magistrados é porque eles são instituídos por ordenança de Deus. Se aprova ao Senhor governar assim o mundo, quem quer que despreze e rejeite o poder, está a tentar reverter a ordem de Deus, ou seja, resiste ao próprio Deus, visto que desprezar a providência daquele que é o autor do poder político é empreender uma guerra contra ele”¹⁹. Mas a sujeição às autoridades civis não é acrítica e servil, porque a autoridade tem de estar também sujeita à vontade de Deus. Em Genebra vai haver uma ligação profunda entre a Igreja e o Estado, mas é preciso ter presente que o Estado genebrino, ele mesmo, apresenta-se como cristão. No paradigma que impera no século XVI o político legitima-se com o religioso. Foi o Grande Conselho que lutou para que a Reforma fosse introduzida no cantão. Ora se um Estado se apresenta como “Estado cristão” tem de se submeter à autoridade suprema de Deus e de Jesus Cristo. Esta autoridade suprema sobre a Igreja e sobre o Estado é exercida através das Santas Escrituras, reconhecidas como norma da fé e da vida cristãs (princípio formal da Reforma). No caso de Genebra, a lei vai estabelecer, por exemplo, que todos os burgueses e habitantes são obrigados a assistir com assiduidade ao culto de Domingo e a participarem da Ceia do Senhor pelo menos quatro vezes por ano. São os excessos da situação que se aproximou de uma teocracia, mas o aspecto positivo e duradouro a realçar é que na sua eclesiologia Calvino leva o Estado a sério, impõe-lhe deveres em nome da religião que esse Estado diz professar e reconhece a necessidade da cooperação entre a comunidade cristã e a comunidade civil.

É esta, pois, minhas senhoras e meus senhores, em resumo, a visão que Calvino tem da Igreja.